

A MISSÃO DA IGREJA NO MAGISTÉRIO

Percurso do Concílio Vaticano II a *Evangelii Gaudium*

de Rafael Lopez Villaseñor
rafamx65@gmail.com

RESUMO: Este ensaio tem como finalidade aprofundar a compreensão do processo de incluturação e encarnação missionária a partir do magistério eclesial, que redefiniu a missão da Igreja como participação na Missio Dei, encarnada e inculturada nas diversas realidades. O estudo parte da teologia do magistério do Concílio Vaticano II, em seguida, analisa o desenvolvimento pós-conciliar, no qual a Igreja aprofundou a reflexão missionária por meio dos documentos como a Exortação Apostólica Evangelii Nuntiandi, de Paulo VI, apresenta a evangelização como vocação essencial da Igreja; a Encíclica Redemptoris Missio, de João Paulo II, que reafirma a atualidade da missão ad gentes; e a Exortação Apostólica Evangelii Gaudium (2013), do Papa Francisco, que propõe uma Igreja missionária em saída, aberta ao diálogo, próxima dos pobres e das periferias.

PALAVRAS CHAVES: Igreja Missionária, Vaticano II.

ABSTRACT: This essay aims to deepen the understanding of the process of inculturation, and missionary incarnation based on the ecclesial magisterium, which redefined the Church's mission as participation in the Missio Dei, incarnated and inculturated within diverse realities. The study begins with the theology of the magisterium of the Second Vatican Council and then analyzes the post-conciliar development, in which the Church deepened its missionary reflection through documents such as the Apostolic Exhortation Evangelii Nuntiandi by Paul VI, which presents evangelization as the essential vocation of the Church; the Encyclical Redemptoris Missio by John Paul II, which reaffirms the continuing relevance of the missio ad gentes; and the Apostolic Exhortation Evangelii Gaudium (2013) by Pope Francis, which proposes a missionary Church that goes forth, open to dialogue, and close to the poor and to the peripheries.

KEYWORDS: Missionary Church, Vatican II.

A partir do Concílio Vaticano II, a atividade missionária passou a ser compreendida como inserção e encarnação nas diversas realidades humanas e culturais, fundamentada no próprio ser de Deus, que é Trindade que envia em missão (cf. Mt 28,19-20). Essa perspectiva reconhece que Deus é a própria origem da missão (AG 2). Supera-se a antiga ênfase na salvação entendida predominantemente como adesão individual à Igreja e a visão eclesiocêntrica centrada na expansão da *plantatio Ecclesiae*, frequentemente concebida como simples transplante de estruturas e modelos eclesiais para as “terras de missão”, sem adequada sensibilidade à encarnação e à inculturação.

Após o Vaticano II, a missão deixa de ser concebida apenas como atividade territorial e passa a ser entendida como dimensão constitutiva da própria Igreja (BEVANS; SCHROEDER, 2016). Não se trata mais de expansão geográfica ou cultural, mas de uma presença evangelizadora marcada pela comunhão, pelo serviço e pelo diálogo entre os povos (BOSCH, 2007).

O presente artigo realiza uma reflexão sobre a compreensão da teologia da missão a partir do magistério, abordando brevemente os documentos do Vaticano II, criando uma teologia da missão que enfatiza a relevância social, cultural e espiritual da ação missionária. Posteriormente, a *Exortação Apostólica Evangelii Nuntiandi* de Paulo VI, carta magna da Evangelização, sublinha que “evangelizar constitui, de fato, a graça e a vocação própria da Igreja, a sua identidade mais profunda” (n. 14). A *Encíclica Redemptoris Missio*, de João Paulo II, reafirma a urgência e a atualidade da missão ad gentes, recordando que ela “está ainda no início” (n. 1). Enfim a *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium* do Papa Francisco, pede uma Igreja missionária em saída de portas abertas (n. 14).

A VIRADA MISSIONÁRIA DO CONCÍLIO VATICANO II

A intuição e a ousadia de João XXIII ao convocar um “Novo Pentecostes” geraram um desafio árduo, mas decisivo, que transformou tanto a estrutura eclesial quanto a visão missionária,

cujos frutos permanecem até hoje. De fato, o Concílio Vaticano II (1962-1965) marcou uma virada decisiva na compreensão da missão da Igreja. Deixou-se a visão de que a Igreja “tinha missões” para assumir que ela é, por essência, “missionária por natureza” (AG 2). O Concílio “não foi somente um evento do passado, mas constitui, de fato, o hoje da Igreja Católica, a fonte de onde a Igreja retira o sentido fundamental para sua caminhada histórica e para o diálogo com a realidade atual” (RESTORI, 2015, p. 11). A missão passou a ser entendida como participação na *Missio Dei*, centrada na encarnação do Evangelho nas culturas e realidades locais. Superou-se o modelo eclesiocêntrico e territorial, dando lugar a uma prática missionária marcada pelo diálogo, pela comunhão, pelo serviço e pela inculturação, com a participação ativa das comunidades na construção do Reino de Deus.

Antes do Concílio, a Igreja vivia mais fechada em si mesma, centrada nos dogmas e distante da modernidade. A missão era compreendida sobretudo como *plantatio Ecclesiae*, marcada pela ênfase na conversão individual, pela transplantação da cultura ocidental e pela dependência das Igrejas europeias, responsáveis pelo envio de missionários, recursos e, não raramente, vinculadas a estruturas coloniais. O Vaticano II possibilitou um profundo reposicionamento missionário. De uma Igreja eurocêntrica, com traços coloniais e detentora exclusiva da verdade, passou-se à elaboração de uma nova teologia, aberta ao diálogo respeitoso com o mundo e com as culturas locais. A missão deixou de ser unilateral para tornar-se encarnada na realidade concreta, promovendo a humanização integral e valorizando a participação das próprias comunidades na obra evangelizadora.

Entre os documentos do Concílio que contribuíram para a teologia missionária encarnada, destaca-se o Decreto *Ad Gentes*, que parte da origem divina da missão (AG 2), enfatiza a inculturação e sublinha a necessidade de adaptar a mensagem cristã às culturas locais sem comprometer sua essência. Valoriza também a presença encarnada da comunidade missionária, envolvida nos desafios sociais, culturais e espirituais (AG 16).

A Constituição *Gaudium et Spes* reforça a importância do diálogo da Igreja com toda a humanidade, convidando-a a participar ativamente da vida social, econômica e cultural do mundo contemporâneo. O Evangelho é apresentado como resposta às questões atuais, com relevância prática e ética (GS 40; 53-62). Por sua vez, a Constituição *Lumen Gentium* propõe a compreensão da Igreja como Povo de Deus (LG 9), chamado a estar presente em todas as culturas e sociedades, superando uma visão meramente hierárquica e centralizada (LG 13). Por fim, a Constituição *Sacrosanctum Concilium* sobre a Sagrada Liturgia afirma que a liturgia deve acolher elementos das culturas locais, favorecendo a participação ativa e consciente dos fiéis (SC 37-40).

O Concílio também reconhece que outras religiões participam, de algum modo, do desígnio salvífico de Deus. O Decreto *Ad Gentes* retoma a noção das “sementes do Verbo”, inspirada em São Justino, mártir do século II. Para Justino, o Logos não atua apenas na economia cristã, mas age desde sempre na humanidade; assim, todos aqueles que viveram segundo o Logos podem ser considerados, de certo modo, cristãos. Cada ser humano traz em si essa semente universal do Verbo (DUPUIS, 2004, p. 192–196). Nesse horizonte, a missão da Igreja consiste em cultivar essas sementes, ajudando-as a desabrochar até se tornarem “árvores do cristianismo”. O Concílio acolhe essa visão e convida a “descobrir com alegria e respeito as sementes do Verbo ocultas nas tradições religiosas e culturais dos povos” e, mediante o diálogo sincero, “reconhecer as riquezas que Deus, em sua generosidade, concedeu às nações” (AG 11). Assim sendo, ninguém está excluído do mistério do amor de Deus: a salvação é universal, e toda a humanidade está incluída na obra redentora de Cristo. Mesmo sendo minoritárias em muitos contextos, as Igrejas cristãs professam um Cristo que ultrapassa os limites visíveis da Igreja e se faz presente também nas demais tradições religiosas (VIGIL, 2006, p. 79).

MISSÃO, CULTURA E TESTEMUNHO NA *EVANGELII NUNTIANDI*

A Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi* aborda a natureza, o conteúdo, os métodos e os destinatários da evangelização, oferecendo respostas aos desafios do mundo contemporâneo. Promulgada pelo Papa Paulo VI em 8 de dezembro de 1975, dez anos após o Concílio Vaticano II e fruto do Sínodo dos Bispos de 1974, tornou-se um dos marcos mais relevantes do Magistério contemporâneo sobre a missão. Não por acaso, “aplica o termo evangelização e seus derivados mais de duzentas vezes em seu texto” (RASCHIETTI, 2022, p. 278), consolidando-se como referência fundamental para a missão evangelizadora atual. A Exortação discute a mudança de paradigma missionário, destacando a centralidade da Trindade (n. 75), a prioridade do testemunho de vida e a articulação entre evangelização, promoção humana e transformação social. Conforme expressa o documento, “Deus revelado por Jesus Cristo, no Espírito Santo, (...) amou o mundo e no Verbo Encarnado deu o ser a todas as coisas e chamou os homens para a vida eterna” (n. 26).

A *Evangelii Nuntiandi* aprofunda e atualiza as diretrizes do Concílio Vaticano II, especialmente da Constituição Dogmática *Lumen Gentium* e do Decreto *Ad Gentes*, sublinhando a urgência de anunciar o Evangelho onde a Boa-Nova ainda não é conhecida (n. 51–53). Também expressa preocupação com o fenômeno da secularização, incentivando a evangelização daqueles que se distanciaram ou abandonaram a prática da fé (n. 54–56). Ressalta, ainda, a responsabilidade prioritária dos bispos na ação evangelizadora (n. 68) e reafirma a fidelidade ao Evangelho diante dos desafios contemporâneos, como o avanço do secularismo, as desigualdades sociais, o ateísmo prático e as profundas transformações culturais. Nesse contexto, destacam-se o protagonismo das Igrejas locais e a participação ativa dos fiéis leigos, pois “a Igreja universal se encarna de fato nas Igrejas particulares” (n. 62).

A teologia missionária apresentada, rompe com a antiga perspectiva restrita de “conversão dos pagãos”, compreendendo a evangelização como ação dinâmica que abrange todas as culturas,

estruturas sociais e dimensões da existência humana. Afinal, “o Evangelho, e consequentemente a evangelização, não se identificam por certo com a cultura, e são independentes em relação a todas as culturas” (n. 20). Evangelizar implica anúncio explícito, testemunho de vida, promoção humana, inculturação, diálogo inter-religioso e denúncia profética das injustiças. Trata-se de uma missão entendida como compromisso com a libertação integral do ser humano, superando visões fragmentadas da ação evangelizadora (n. 34–38).

O documento também destaca a relação entre evangelização e vida cotidiana, articulando três dimensões fundamentais: uma antropológica, ao reconhecer que o ser humano evangelizado está inserido em contextos sociais, econômicos e culturais concretos (n. 33); a teológica, ao afirmar a inseparabilidade entre os planos da criação e da redenção (n. 31); e a evangélica, ao enfatizar a exigência da caridade, da justiça social e da restauração da dignidade humana (n. 37). Porque “a Igreja existe para evangelizar” (n. 14), ela mesma é chamada a evangelizar-se continuamente “a fim de evangelizar o mundo com credibilidade” (n. 15). Como recorda Moltmann (2013, p. 29), “evangelização é missão, mas missão não é somente evangelização”.

Ao longo do texto, a evangelização é apresentada como processo de renovação interior da humanidade, capaz de transformar critérios e estilos de vida, conduzindo a uma conversão radical e atualizada. A identidade missionária da Igreja manifesta-se justamente em sua razão de ser para evangelizar (n. 14). O testemunho de vida surge como primeiro anúncio (n. 21), reafirmando que evangelizar não se limita à transmissão doutrinária, mas exige viver o Evangelho de forma autêntica, tornando-se sinal visível da fé (n. 6).

Por fim, a *Evangelii Nuntiandi* chama atenção para o uso responsável e criativo dos meios de comunicação como instrumentos de difusão da mensagem evangélica (n. 45), reconhecendo os desafios e possibilidades do mundo contemporâneo para a ação missionária da Igreja. O documento também “articula o elemen-

to da evangelização com algumas opções temáticas: evangelização e culturas; evangelização e anúncio pascal; evangelização e libertação; evangelização e identidade apostólica” (RASCHIETTI, 2022, p. 338–339).

TENSÕES E ATUALIDADE DA MISSÃO NA *REDEMPTORIS MISSIO*

A Encíclica *Redemptoris Missio* reafirma a urgência da *missão ad gentes* e a permanente validade do anúncio cristão aos povos e culturas que ainda não conhecem Cristo. Publicada por João Paulo II em 7 de dezembro de 1990, retoma e aprofunda o tema da missão, sendo considerada a “Carta Magna” da missão na virada do milênio. O documento celebra os 25 anos do decreto *Ad Gentes* e os 15 anos da *Evangelii Nuntiandi*, convidando a Igreja a um renovado compromisso missionário (n. 2). Sua intenção central é demonstrar que a missão *ad gentes* permanece urgente no contexto contemporâneo (n. 3).

Redigida em um cenário de crise gerado por novas abordagens teológicas da missão, a encíclica responde às dúvidas que surgiam naquele período: se toda a Igreja é missionária, por que ainda existem Congregações Missionárias? A missão entre os não cristãos ainda é atual? O diálogo inter-religioso ou a promoção humana substituem a missão? Se a salvação é possível em qualquer religião, qual o sentido da missão? (n. 4). *Redemptoris Missio* enfrenta as questões e afirma que a missão *ad gentes* “está longe de ser cumprida” (n. 3). Reforça que a Igreja não pode renunciar ao mandato de “levar o Evangelho a todos os que ainda não conhecem Cristo, Redentor do homem” (n. 84). Embora a humanidade seja redimida por Cristo, todos têm o direito de ouvir o anúncio do Evangelho (n. 87). A missão implica também o compromisso com a paz, a justiça, os direitos humanos e a promoção humana como expressões do testemunho cristão (n. 43).

O núcleo missiológico da encíclica é o cristocentrismo (n. 4). Afirma-se que “a missão de Cristo Redentor, confiada à Igreja, está ainda bem longe de se cumprir” (n. 1). Critica-se a ideia

de que todas as religiões são igualmente válidas para a salvação e reafirma-se que “Cristo é o único mediador entre Deus e os homens” (n. 5). Não há verdadeira evangelização sem referência explícita à pessoa, à vida e ao mistério de Jesus de Nazaré (n. 44). Recorda-se que a Igreja não pode deixar de proclamar que Jesus revela definitivamente o rosto de Deus e, pela cruz e ressurreição, merece a salvação para todos (n. 35). O Espírito Santo é apresentado como protagonista da missão (n. 21). Toda a Igreja é missionária: não apenas alguns agentes, mas todos os batizados são enviados (n. 71-72). Nesse contexto, João Paulo II introduz a noção de “nova evangelização” ou “re-evangelização” (n. 34).

Retoma-se o princípio da Igreja missionária por natureza (n. 62), buscando reavivar o espírito missionário da Igreja universal e fortalecer a *missio ad gentes* (n. 2). A missão é a essência da Igreja, de modo que “cada Igreja particular, mesmo formada por neófitos, é por sua natureza missionária” (n. 49). Por isso, a missão não é opcional, mas um dever fundamental dos cristãos. A salvação do mundo passa por Cristo Redentor, o “único caminho” (n. 5). A missão não é iniciativa meramente humana (n. 28), é sempre obra do Espírito que precede, acompanha e fecunda a ação dos missionários (n. 77). A inculturação é vista como “um caminho lento” que atravessa toda a vida missionária e envolve todos os agentes da *missio ad gentes* (n. 52). O diálogo é reconhecido como dimensão essencial da missão (n. 55).

A encíclica também destaca a necessidade da cooperação missionária de todas as Igrejas locais e de cada batizado: por meio da oração, do sacrifício e do testemunho de vida, que sustentam a caminhada dos missionários (n. 78); pela ajuda material aos projetos missionários e às comunidades necessitadas (n. 81); e pelo comprometimento pessoal com a missão ad gentes, incentivado por uma consistente animação vocacional (n. 83). Sem a *missio ad gentes*, afirma o documento, a própria ação missionária da Igreja perderia seu sentido fundamental (n. 34). A missão envolve igualmente sacerdotes, religiosos, religiosas e, com crescente importância, os leigos e as leigas (n. 71).

No campo do diálogo inter-religioso, João Paulo II afirma que ele deve ser conduzido com respeito e abertura, mas sem perder a identidade cristã (n. 55). O documento critica o secularismo, o relativismo religioso e as perseguições, vistos como grandes desafios para a evangelização (n. 35). Diante dessas dificuldades, a Igreja necessita de missionários corajosos (n. 43). Um dos “areópagos modernos” é o mundo das comunicações, que assume uma importância singular na evangelização contemporânea (n. 37).

Embora seja um documento fundamental para a missiologia recente, *Redemptoris Missio* apresenta tensões e contradições internas. Apesar de valorizar a inculturação, conserva certo eurocentrismo ao utilizar categorias marcadamente ocidentais. Há também uma tensão entre diálogo e anúncio explícito, com claro predomínio do anúncio de Cristo (n. 55). Reconhecem-se as “sementes do Verbo” (n. 28), mas afirma-se fortemente Jesus Cristo como único Salvador (n. 4-6), oferecendo pouca abertura ao pluralismo religioso e ao diálogo inter-religioso (n. 55-56). Além disso, mantém forte ênfase institucional (n. 9), deixando em segundo plano experiências comunitárias de base e novos ministérios.

A CONVERSÃO MISSIONÁRIA: UMA IGREJA EM SAÍDA

A Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* apresenta a alegria do Evangelho como fundamento de uma Igreja missionária em saída. Fruto do Sínodo dos Bispos sobre a Nova Evangelização (2012), convocado por Bento XVI, o documento foi promulgado em 24 de novembro de 2013, reorganizando e ampliando as conclusões sinodais em um tom pastoral e explicitamente missionário. Marcado pelo estilo próprio do Papa Francisco, inaugura uma linguagem simples, direta e inculturada, valorizando a descentralização, a sinodalidade e a atenção preferencial aos pobres. Propõe uma Igreja “em saída”, de portas abertas, misericordiosa e despojada de autorreferencialidade, como resposta a uma realidade eclesial marcada por escândalos, burocratização e distanciamento do povo. Nesse horizonte, sugere uma conversão pastoral e estrutural centrada na missão (n. 25-33).

Francisco convoca a Igreja a uma conversão pastoral e missionária que a liberte do comodismo institucional e a impulsione às periferias existenciais da sociedade. Seu clamor é emblemático: “Prefiro uma Igreja acidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas ruas, a uma Igreja enferma pelo fechamento e pela comodidade de se agarrar às próprias seguranças” (n. 49). A missionariedade não é apenas uma ação da Igreja, mas sua própria essência: “A atividade missionária é paradigma de toda a obra da Igreja” (n. 15). Por isso, a missão não pode ser reduzida à transmissão meramente fragmentada de doutrinas; deve concentrar-se no essencial, no encontro com o Evangelho vivo.

O verbo central do documento é “sair”. Uma Igreja em saída é uma Igreja “de portas abertas” (n. 46), que supera a pastoral de conservação e avança em um processo contínuo de conversão missionária, reformando estruturas e mentalidades que já não respondem às necessidades atuais (n. 30). Prioriza-se o anúncio kerygmático, a proximidade e o acolhimento, de modo que ninguém encontre “a frieza de uma porta fechada” (n. 47). Trata-se de uma Igreja inclusiva, aberta ao diálogo com outras religiões, com os marginalizados sociais e com aqueles que se encontram às margens dentro da própria comunidade católica. Por isso, insiste-se na reforma das estruturas eclesiais para torná-las mais missionárias: “É necessária uma reforma das estruturas eclesiais para que todas elas se tornem mais missionárias” (n. 27). A descentralização é defendida como caminho para fortalecer as Igrejas locais e promover a corresponsabilidade de todo o Povo de Deus na missão. O clericalismo, porém, aparece como o maior obstáculo à Igreja em saída.

A missão da Igreja acontece em um contexto marcado pela globalização da indiferença, pelo consumismo, pelas injustiças sociais e pela exclusão dos pobres. É necessário ir às periferias existenciais, não apenas geográficas, promovendo cuidado, dignidade e justiça. O Papa Francisco afirma: “Sonho com uma opção missionária capaz de transformar tudo, para que costumes, estilos, horários, linguagem e toda a estrutura eclesial se tornem um canal mais adequado à evangelização do mundo atual do que à

autopreservação” (n. 27). Trata-se de uma conversão pastoral que “não pode deixar as coisas como estão” (n. 25). É um convite a recuperar “o frescor original do Evangelho”, impedindo que Jesus seja aprisionado em “esquemas enfadonhos” (n. 11).

Os pastores devem ter o “cheiro de ovelha” (n. 24) e se alerta contra tudo o que paralisa a força missionária da Igreja, como a tristeza individualista, a burocracia excessiva, o fechamento em si mesma e os “ladrões” que roubam o entusiasmo evangelizador. Por isso o documento exorta: “Não deixemos que roubem nosso entusiasmo missionário!” (n. 80) e “Não deixemos que nos roubem a força missionária!” (n. 109). A alegria do Evangelho é a dinâmica interna que “enche o coração e a vida inteira daqueles que se encontram com Jesus” (n. 1).

Enfim, a sinodalidade para Francisco é um modo de ser Igreja na escuta, participação e discernimento comunitário. Inspirada no caminhar conjunto do Povo de Deus, sua finalidade é promover uma conversão missionária e pastoral permanente. A sinodalidade é palavra programática e paradigmática no pontificado de Francisco, retomando o impulso do Concílio Vaticano II na tríade: comunhão, participação e missão (SÍNODO, 3). Ela aponta para uma Igreja de iguais, de irmãos e irmãs, que caminham juntos em atitude de escuta e aprendizagem, contrapondo-se à centralização excessiva “que complica a vida da Igreja” (n. 32).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O magistério pós-conciliar deixou evidente a necessidade de superar definitivamente a visão colonial da missão, marcada por um sentido de superioridade cultural que já não encontra espaço no mundo contemporâneo, ainda que persistam alguns resquícios em certos setores eclesiais. A missão passa a ser compreendida como aproximação, encarnação, diálogo, inculturação e encontro, constituindo uma profunda experiência de aprendizado mútuo. O anúncio do Evangelho realiza-se na lógica da reciprocidade, pois a graça de Deus já atua nas culturas e nas religiões, uma vez que o Espírito Santo sempre precede o missionário.

O processo de renovação encontrou expressão decisiva na *Evangelii Nuntiandi*, que aprofunda a missão como anúncio do Evangelho a todos os povos, reavivando o ardor missionário diante dos desafios culturais, sociais e espirituais do mundo moderno. A evangelização não se reduz ao anúncio verbal, mas implica testemunho de vida, compromisso com a transformação das estruturas injustas, promoção da dignidade humana e defesa da justiça social. Nesse horizonte, a Igreja é convocada a responder com criatividade e coragem aos desafios do secularismo, da indiferença religiosa, da crise de fé e das consequências da modernidade.

A Encíclica *Redemptoris Missio* consolidou o impulso missionário, sendo a “carta magna” da missão. Reafirmou a missão *ad gentes* como prioridade urgente e permanente da Igreja, destacando o anúncio explícito de Cristo articulado com o diálogo inter-religioso, o respeito às culturas e o testemunho coerente de vida. O documento esclareceu a relação entre a pastoral ordinária, a nova evangelização e a missão *ad gentes*, e realçou que toda a obra missionária é animada pelo Espírito Santo, que precede, acompanha e fortalece os evangelizadores. Sublinhou ainda a importância da cooperação missionária, espiritual e material, como responsabilidade de todo o povo de Deus, e apontou os “novos areópagos”, meios de comunicação, cultura urbana, ciência e tecnologia, como espaços prioritários para o anúncio do Evangelho.

A Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* destaca a evangelização como fonte de alegria. Sua expressão central, “Igreja em saída”, caracteriza uma comunidade de portas abertas, que se dirige às periferias geográficas e existenciais para encontrar os afastados e feridos, anunciando o Cristo Ressuscitado. O documento insiste na conversão eclesial das estruturas, mentalidades e práticas, a fim de que favoreçam a missão. Reafirma também o caráter inegociável da dimensão social do Evangelho, que se expressa na denúncia das injustiças, na defesa da dignidade humana e na luta por inclusão, solidariedade e superação da cultura do descarte, da economia excludente, da idolatria do dinheiro e da globalização da indiferença. A Igreja é chamada a sair de si mesma a se encarnar, inculturar e anunciar o Evangelho.

PARA REFLETIR

- Como vivenciamos a inculturação e a encarnação nas realidades onde atuamos? De que maneira?
- O que fazemos para termos maior proximidade e a inserção na vida do povo?
- O que precisamos ajustar em nossa prática missionária para que nosso modo de estar e servir seja mais próximo, encarnado e transformador?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

BEVANS Stephen B.; SCHROEDER, Roger. *Diálogo profético. Reflexões sobre a missão cristã hoje*. São Paulo: Paulinas, 2016.

BÍBLIA. *Sagrada Bíblia*. Tradução da CNBB. São Paulo: Paulus, 2018.

BOSCH, David. *Missão Transformadora: mudanças de paradigma na teologia da missão*. São Leopoldo: Sinodal, 2007.

DUPUIS, Jacques. *O Cristianismo e as religiões, do desencontro ao encontro*. São Paulo: Loyola, 2004.

FRANCISCO. *Evangelii Gaudium: exortação apostólica sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual*. São Paulo: Paulinas, 2013.

JOÃO PAULO II. *Redemptoris Missio: sobre a validade permanente do mandato missionário*. São Paulo: Paulinas, 1991.

MOLTMANN, Jürgen. *A Igreja no poder do Espírito*. Uma contribuição à eclesiologia messiânica. Tradução de Monika Ottermann. Santo André: Academia Cristã, 2013.

PAULO VI. *Evangelii Nuntiandi: Exortação Apostólica sobre a Evangelização no Mundo Contemporâneo*. São Paulo: Paulinas, 1975.

RASCHIETTI, Estevão. *A missão em questão: a emergência de um paradigma missionário em perspectiva decolonial*. São Paulo: Vozes, 2022.

RESTORI, Memore. *A missão no Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2015.

SÍNODO DOS BISPOS. *Documento Final da XVI Assembleia Geral Ordinária: Por uma Igreja sinodal: comunhão, participação, missão* 4.

VIGIL, José Maria. *Teologia do Pluralismo Religioso: para uma releitura pluralista do cristianismo*. São Paulo: Paulus, 2006.